

## POR UMA AGRICULTURA MENOS ARRISCADA

**\* Roberto Rodrigues**

A volatilidade de preços é própria da agricultura. Oscilações súbitas de preços, de mais de 25% ao ano, impensáveis para a maioria dos setores econômicos, são recorrentes na agricultura.

Ela é uma fábrica a céu aberto, sujeita às variações do clima e marcada pela sazonalidade da oferta. E mais: o agricultor não determina o preço do seu produto nem o custo dos seus insumos. Tais fatos provocam descasamentos frequentes no balanço de oferta e demanda, provocando uma nefasta gangorra de preços, que dilapida a renda e o caixa dos produtores.

Se o risco é tão sério no negócio do campo, é preciso agir sobre ele, mitigá-lo. O seguro – de produção e de preços – é o passaporte para uma agropecuária menos ciclótica, garantia para estabilização da renda.

Por trás da dura crise vivida pela agricultura de grãos a partir de 2005, estão importantes novidades: a decolagem do seguro rural, a expansão dos mercados agropecuários na BM&F e a disseminação dos novos títulos do agronegócio, um tripé que assegura um futuro melhor para o setor.

Instituída por lei em 2003, a subvenção do prêmio do seguro rural pelo governo pode chegar a 50%. O arcabouço institucional avançou com a abertura do mercado de resseguros e o projeto de lei para a criação de um fundo de catástrofe. O gasto do governo com a subvenção passou de R\$ 2 milhões em 2004 para R\$ 32 milhões em 2006 e conta com orçamento de R\$ 100 milhões em 2007. Finalmente, temos alicerces de uma verdadeira indústria de seguro rural no País.

A luta contra o “dragão da maldade” do risco de preços na agricultura avança velozmente na BM&F, uma instituição respeitável. De janeiro a agosto, cresceu 55% o número de contratos negociados sobre o mesmo período de 2006. Os mercados futuros de boi gordo e soja cresceram 140% no período. O mercado de boi da BM&F já é um dos maiores do mundo, com 14 milhões de cabeças negociadas nos últimos 12 meses. Além dos participantes que necessitam do hedge de preços (frigoríficos, pecuaristas, confinadores), a liquidez é assegurada pela participação de fundos, tesourarias de bancos e investidores estrangeiros.

Para uma maior oxigenação financeira do agronegócio, o volume de transações na BM&F precisa passar dos 2 milhões de contratos previstos em 2007, para 10 milhões, em menos de cinco anos. De novo, as bases já foram lançadas: desde outubro de 2006 o governo autorizou os produtores e cooperativas a financiarem as operações nas bolsas nacionais, com recursos do crédito rural (a 6,75% ao ano). Agricultor protegido significa menor risco de crédito para os bancos. Mas produtores e cooperativas precisam investir muito na cultura do hedge. A BM&F já está trabalhando para popularizar sua linguagem, tornando-a acessível aos produtores.

O tripé benfazejo se completa com os resultados expressivos do sistema privado de financiamento do agronegócio, criado pela lei 11.076, de 2004. As emissões de títulos de crédito (CDCA e LCA) e de CDA-WA já superam R\$ 7 bilhões.

Seguro de preço, uma BM&F aberta para o mundo, e operações estruturadas de crédito levarão o agronegócio a obter também o seu “investment grade”, e com isso continuar ampliando mercados, em benefício dos brasileiros. Mais do que isso: estas 3 vertentes são o desenho da sonhada estabilidade no campo.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**